

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.802 - TO (2018/0314679-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : GUILHERME BARROS SIQUEIRA LEITE
ADVOGADO : MAURÍCIO HAEFFNER - TO003245
RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR : FREDERICO CÉZAR ABINADER DUTRA E OUTRO(S) - TO004098B

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por GUILHERME BARROS SIQUEIRA LEITE, com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRISÃO EM FLAGRANTE SUPOSTAMENTE ILEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DA PERSECUÇÃO CRIMINAL. EXCESSO DE PODER E TRUCULÊNCIA NO AGIR ESTATAL. FATO NÃO COMPROVADO. ÔNUS PROBATÓRIO DO AUTOR. SENTENÇA MANTIDA. 1 - No caso, o agir estatal se efetivou no exercício regular da persecução criminal, na medida em que a abordagem do Autor foi realizada, em princípio, dentro da legalidade, porquanto lastreada em indícios de autoria e materialidade delitiva, pelo que não há que se falar em dano passível de reparação. 2- Não tendo o Autor se desincumbido do ônus probatório que lhe competia, conforme prescreve o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, de rigor a improcedência de sua pretensão. 4 - Apelação conhecida e não provida" (fl. 738e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, julgados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ERRO ESSENCIAL NÃO EVIDENCIADO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DOS LINDES DO ART. 1.022 DO NCPC. 1- Os argumentos levantados a título de erro essencial no julgado açoitado visam, tão somente, à rediscussão da matéria. 2- O acolhimento de embargos de declaração, ainda que para fins de pré-questionamento, pressupõe a existência de um dos vícios elencados nos incisos do art. 1.022, do NCPC. 3- Recurso integrativo conhecido e rejeitado" (fl. 776e).

Nas razões do Recurso Especial, aponta a recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 141, 489, I, e 966, §1º, do CPC/2015, sustentando, em

síntese, que "é insofismável que o acórdão vergastado violou fatalmente referidos dispositivos ao fixar a premissa fática no sentido de que o autor/recorrente pediu indenização em razão de ter sido 'preso injustamente', o que nunca aconteceu nem nunca consistiu em causa de pedir" (fl. 799e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas contrarrazões, foi o Recurso Especial admitido na origem (fls. 815/817e).

A irresignação não merece acolhimento.

Na origem, "trata-se de APELAÇÃO CÍVEL manejada por GUILHERME BARROS SIQUEIRA LEITE, contra a sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda e Reg. Públicos da Comarca de Palmas-TO, nos autos da 'Ação Reparatória de Danos Morais nº5037525- 11.2013.827.2729', movida em desfavor do ESTADO DO TOCANTINS" (fl. 733e).

O acórdão recorrido negou provimento à Apelação, manifestando-se firme nos seguintes fundamentos:

"De antemão, entendo que a insurgência recursal não merece prosperar. Explico!

In casu, vislumbro inviável imputar ao Apelado a responsabilidade pelo constrangimento experimentado pelo Autor, ora Apelante, uma vez que, do arcabouço probatório inserto nos autos, não resta evidente qualquer ilegalidade no fato de os agentes policiais vinculados ao réu terem, em diligência realizada no dia 07/08/2013, efetuado a prisão em flagrante daquele pelo suposto cometimento do crime de formação em quadrilha.

Evidente, destarte, que o operar estatal se efetivou no exercício regular da persecução criminal, na medida em que a abordagem do Autor foi realizada, em princípio, dentro da legalidade, porquanto lastreada em indícios de autoria e materialidade delitiva, como bem ponderou o magistrado singular ao sentenciar:

'Afinal, citado delito possui natureza permanente, o que permite a decretação da prisão cautelar enquanto subsistir a permanência, nos termos dos arts. 301 a 303 do CPP. Assim, uma vez evidenciada a possibilidade de GUILHERME BARROS SIQUEIRA LEITE estar envolvido no cometimento daquele crime, já que encontrava no mesmo local em que suspeitos de assaltos a banco estava, certo é que as autoridades tinham o poder-dever de efetuar a prisão em flagrante, para apurar se ele integrava ou não a quadrilha que vinha sendo investigada há algum tempo pela Polícia Civil.'

(...)

Não se pode olvidar que o direito à reparação de danos está

expressamente previsto na legislação brasileira. Via de regra, para que surja este direito à reparação é preciso que estejam presentes, e sejam devidamente demonstrados, seus elementos, quais sejam, conduta (ação ou omissão), nexo de causalidade e resultado danoso.

O Apelante faz afirmações que, segundo seu entendimento, geram direito à pretensão indenizatória, afirmando estarem presentes todos os pressupostos necessários à caracterização do direito, bem como discorreu sobre a fixação do valor a ser atribuído a título de dano moral.

Quanto a esse aspecto, entendo que, na espécie, o Autor, ora Apelante, não logrou êxito em comprovar o suas ponderações, pelo que não se desincumbiu, portanto, do ônus probatório que lhe competia, conforme prescreve o art. 373, inciso I, do Diploma Adjetivo Civil.

Por esse motivo, as perdas e danos constituem matéria que exige prova, não bastando meras alegações. Portanto, sem a comprovação cabal dos elementos suscitados, inaceitável a pretensão indenizatória.

Diante disso, tenho que a sentença hostilizada não merece reforma" (fls. 734/736e).

Já no acórdão dos Embargos Declaratórios, assim restou decidido:

"*A priori*, consigno que o voto condutor e o respectivo acórdão não padecem de nenhum dos vícios que ensejem a interposição de embargos de declaração, verificando-se a nítida intenção de rediscussão da matéria. Explico!

Conforme bem exposto no acórdão embargado, o qual fora votado por unanimidade pela turma, negando provimento ao recurso de apelação, não restou comprovado qualquer dano à pessoa do Embargante/ora Apelante que tenha nexo de causalidade entre os atos praticados pelo Estado, oriundos da abordagem, que alega ter havido excesso de poder e truculência no agir estatal, não se achando, assim, nenhum dos elementos necessários à incidência da Responsabilidade do Estado.

(...)

Em vista disso, denota-se que, em verdade, a parte embargante, sob pretexto de alegação de erro de fato, pretende instaurar nova discussão e revisão do julgado, finalidade para qual não se faz adequado o manejo dos embargos de declaração.

Logo, caso o inconformismo da parte esteja atrelado à posição adotada pelo órgão julgador, como na espécie, deve então manejar recurso próprio, adequado à promover o reexame da questão, o que, repiso, não se mostra cabível na estreita via dos embargos de declaração" (fls. 772/773e).

Nesse contexto, verifica-se que não houve o alegado erro de fato suscitado nas razões do Recurso Especial, uma vez que, na Petição Inicial, o recorrente pleiteou "a total procedência dos pedidos para, no mérito, CONDENAR o réu na obrigação de pagar ao autor a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de indenização pelos danos morais causados em decorrência do constrangimento causado pela abordagem policial e privação momentânea da sua liberdade, sem qualquer razão que a sustentasse, bem como pela divulgação de informação inverídica à imprensa local, vinculando, falsamente, seu nome e imagem, algemado, a crimes que não cometeu, na forma do art. 5º, inciso X, e 37, §6º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 43, 187 e 927, *caput* e parágrafo único, do Código Civil" (fl. 21e), e a sentença e o acórdão recorrido, negou a ocorrência dos danos morais, uma vez que "tendo havido justa causa para o processamento criminal do autor e não havendo arbitrariedade na condução do feito, injustificável a pretensão indenizatória deduzida pelo requerente" (fl. 667e); e que "o operar estatal se efetivou no exercício regular da persecução criminal, na medida em que a abordagem do Autor foi realizada, em princípio, dentro da legalidade, porquanto lastreada em indícios de autoria e materialidade delitiva" (fl. 735e).

Ademais, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **conheço em parte** do Recurso Especial, e, **nesta parte, nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora